

**Lígia Farinha Almeida: a atuação política e educacional da primeira vereadora
eleita no município de Bagé/RS (1947-1955)**

*Lígia Farinha Almeida: political and educational pioneering of the first councilor
elected in the municipality of Bagé/RS (1947-1955)*

Taiza da Hora Fonseca
Alessandro Carvalho Bica
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
Bagé/RS - Brasil

Resumo

Este artigo apresenta a discussão elencada na dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado Acadêmico em Ensino (PPGMAE) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Bagé. A presente pesquisa científica situada no campo da História da Educação teve como objetivo compreender e analisar a atuação política e educacional de Lígia Farinha Almeida, a primeira mulher eleita vereadora no município de Bagé, localizado no Rio Grande do Sul, no período de 1947 a 1955. A metodologia concentrou-se na análise documental, sob o prisma teórico da História da Educação alinhados à perspectiva histórico-crítica (Saviani, 2004), com abordagem qualitativa. Desta maneira, foi possível identificar a relevância social, política e educacional da educadora e vereadora, destacando-se enquanto uma figura política potente em um contexto social majoritariamente ocupado por homens.

Palavras-chave: Lígia Farinha Almeida; Bagé/RS; História da Educação; Mulheres na Política.

Abstract

This article presents the discussion listed in the Master's thesis defended in the Stricto Sensu Postgraduate Program - Academic Master's in Teaching (PPGMAE) at the Federal University of Pampa (UNIPAMPA), Bagé campus. The present scientific research located in the field of History of Education aimed to understand and analyze the political and educational performance of Lígia Farinha Almeida, the first woman elected councilor in the municipality of Bagé, located in Rio Grande do Sul, in the period from 1947 to 1955. The methodology focused on documentary analysis, from the theoretical perspective of the History of Education aligned with the historical-critical perspective (Saviani, 2004), with a qualitative approach. In this way, it was possible to identify the social, political and educational relevance of the educator and councilor, standing out as a powerful political figure in a social context predominantly occupied by men.

Keywords: Lígia Farinha Almeida; Bagé/RS; History of Education; Women in Politics.

1. Introdução

O presente artigo é fruto da dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado Acadêmico em Ensino (PPGMAE) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Bagé. A pesquisa justifica-se pela ausência de trabalhos que abordem ou investiguem a trajetória de Lígia Farinha Almeida, ainda que ela tenha sido uma importante figura para o município de Bagé, no Rio Grande do Sul. A partir desse ponto, objetivou-se compreender e analisar a atuação política, educacional e pedagógica da educadora e também primeira mulher eleita vereadora, entre as décadas de 40 e 50, na Rainha da Fronteira. De tal maneira, sob o prisma teórico do campo da História da Educação, alinhado aos pressupostos da análise documental em uma perspectiva histórico-crítica (Saviani, 2004), foi possível analisar projetos de lei propostos pela educadora, documentos públicos, cartas, fotografias e referências bibliográficas referente ao momento sócio-histórico do município de Bagé para que assim pudéssemos compreender a natureza da atuação de Lígia Farinha Almeida.

Em decorrência do trabalho de garimpo supracitado, pudemos identificar a ausência de investigações a respeito do tema, assim como de menções ao nome de Lígia Farinha Almeida nos registros e nos livros publicados por autores/historiadores anteriores; fato este que nos levou ao seguinte questionamento: em que medida ocorreu — se é que, de fato, ocorreu — o apagamento da atuação da primeira mulher eleita vereadora no município de Bagé?

Como metodologia para trazer luz a tais questões, optou-se por uma abordagem qualitativa devido sua relação com as teorias da análise documental. O modelo qualitativo, ao ser descritivo e capaz de obter os seus dados para análise ao se utilizar de palavras e/ou imagens, corrobora para que ao defrontamo-nos com o objeto de estudo, seja ele documentos, fotografias, entrevistas, etc, possamos buscar compreender o que se se vivenciava naquele momento, como interpretavam suas experiências, além de com facilitar a compreensão da organização social a qual pertenciam, abarcando elementos internos e externos do material analisado (Bogdan; Biklem, 1994, p. 51).

Deste modo, a coleta de dados esteve alinhada à pesquisa de campo por meio de visitas úteis à garimpagem documental que foram realizadas em diversas instituições de preservação de memória do município de Bagé, tais quais o Museu Dom Diogo de Souza, a Biblioteca Pública Municipal Dr. Otávio dos Santos e o Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda. A noção de documento foi deveras importante para que durante a incursão em busca de materialidades históricas, achássemos materiais que dessem conta de rememorar aspectos da trajetória da vereadora Lígia Farinha Almeida.

No final do século XIX, junto da escola positivista, conceitualmente, documentos e registros eram entendidos majoritariamente enquanto objetos escritos e oficiais. Como crítica a esse pressuposto, Cellard aponta-os enquanto “uma abordagem conjuntural, focada, sobretudo, nos fatos e gestos dos políticos e dos ‘maiorais’ desse mundo” (Cellard, 2008, p. 296). O avanço teórico quanto ao estudo sobre esse tipo de fonte, no entanto, cada vez mais tem sido ampliado à medida que novos estudos surgem para contrapor e alargar essas noções, o que nos faz entendemo-nos aqui enquanto “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou fonte (Cellard, 2008, p. 296)”.

Sobre o cuidado metodológico na reconstituição dos caminhos trilhados por tal figura feminina, nos atemos para a importância de delimitar diferentes fontes, a fim de que assim fosse possível, compreendêssemos a atuação e o contexto social-histórico no qual Lígia Farinha Almeida estava inserida. Para isso, dialogamos com Carlos Bacellar, em que o autor afirma que é imprescindível “cruzar fontes, cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências” (Bacellar, 2006, p. 72). Não obstante, também, consideramos o rigor e a responsabilidade do historiador no trato com a análise de documentos, pois esta “consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e não lhes acrescentar nada do que eles não contêm” (Le Goff, 2012, p. 536).

Para tanto, foram selecionadas as seguintes fontes/documentos como objeto de análise: 1) Fontes escritas: Documentos, livros e projetos de lei. 2) Fontes gráficas e imagens: Fotografias, quadros e retratos. 3) Fontes hemerográficas: Jornais, observando: “1) as condições de produção do documento; 2) os procedimentos

internos; 3) as condições de circulação do documento; 4) a materialidade do documento; 5) a apropriação; 6) a preservação” (Luchese, 2014, p. 151). Ainda, considerando tais pontuações feitas por Luchese (2014), apoiamo-nos na abordagem teórica da história-crítica social em uma perspectiva antipositivista (Saviani, 2004, p.8) para considerar a política do município de Bagé, localizada no Rio Grande do Sul, refletindo, em particular, a atuação educacional e pedagógica da vereadora Lígia Farinha Almeida (1947 - 1955).

2. Contextualização sócio-histórica regional: o município de Bagé

O município de Bagé está situado na região da Campanha do estado do Rio Grande do Sul e faz fronteira com o Uruguai. Em 1811, a cidade foi fundada a partir do processo de expansão territorial e ocupações advindas dos portugueses no século XVIII. Este processo de formação da cidade impeliu a cultura às concepções ideológicas da colonização de Portugal incidindo na economia, na cultura e, sobretudo, na religiosidade com um caráter formativo e educacional (Bica, 2017, p. 8), funcionando a serviço dos interesses lusitanos no processo de expansão territorial no Brasil e de civilização dos sujeitos que estavam a eles submetidos, operando também com fortes concepções do aparato militar que incidem até os dias de hoje.

Após a fundação do município que ocorreu em 1846 (Lemieszek, 1997) criou-se a primeira Câmara de Vereadores regendo-se pela carta de lei de 1º de outubro de 1828 assinada pelo imperador Dom Pedro I. Institui-se, em 1846, a primeira eleição para vereadores na cidade. Tais eleições deveriam ocorrer de quatro em quatro anos, no dia 7 de setembro. Com isso, por meio do voto de membros das paróquias da cidade e vilas, homens advindos de uma oligarquia rural tradicional, poderiam pleitear a posição e ocupar o cargo tendo obtido o maior número de votos.

Por conseguinte, a cidade de Bagé engendrou-se numa lógica econômica a qual baseava-se na pecuária e na exploração do charque, com a majoritária presença da elite no seu processo de urbanização. O crescimento da cidade foi exponencial sendo agraciada por diversas tecnologias que sucederam diversas transformações sociais. Alessandro Bica (2017) nos apresenta uma noção de como tal desenvolvimento econômico e social foi ganadeiro:

[...] a evolução econômica das relações de comércio no Rio Grande do Sul, no período de 1889-1930, foi à expressão do desenvolvimento e das modificações da economia regional. O processo de incremento da pecuária-charqueada-frigorífico e da lavoura colonial foi fundado com características exclusivas em relação às demais regiões do Brasil, que configuraram a formação de uma diversificação social e econômica na economia do RS (Bica, 2017, p. 14).

E ao investigarmos a escrita da história para compreendermos como as mulheres eram retratadas, buscamos explorar diversos livros historiográficos em que os homens eram descritos enquanto guerrilheiros e heróis, enquanto é notável a ausência de mulheres, negros, pessoas LGBTQIA+ e pobres.

Percebemos, dessa maneira, que a invisibilidade na rememoração histórica não recaiu tão somente sob Lígia Farinha Almeida, como também se estendeu aos demais corpos dissidentes que não faziam parte da elite. Apesar disso, tal perspectiva está em constante transformação, uma vez que novas investigações, pesquisas e autores surgem para desvelar figuras importantes para constituição do município. Assim como afirma Tiago Rosa da Silva (2018, p.31) que ao investigar vivências e experiências associativas negras em Bagé, no período pós-abolição, identifica que “houve, por parte de escritores e historiadores locais, um empenho na construção de uma narrativa que buscou dar conta de uma história dos grandes feitos de Bagé e suas figuras de destaque, estes sendo, sobretudo, imigrantes europeus”.

Esta invisibilidade se traduz igualmente na atualidade em relação à presença feminina eleita na política bageense. Os dados analisados do número de mulheres eleitas nos últimos 75 anos demonstram que apenas 20 mulheres foram eleitas desde que ocorreu a primeira eleição da qual as mulheres puderam pleitear o cargo em 1947. Número esse que entra em confronto com o número de homens eleitos, do qual é muito superior ao das mulheres.

3. A primeira mulher eleita no município de Bagé: Lígia Farinha Almeida

A partir do processo de investigação de garimpagem documental no Arquivo Público Tarcísio Taborda, foi possível encontrar um importante documento em anexo ao projeto de resolução nº 007/2001 que institui ao Plenário da Câmara Municipal o nome da vereadora enquanto homenageada. No documento em questão foi identificado seu *curriculum vitae*, onde foi possível identificar descrições de sua trajetória de formação, filiação política e ideias defendidas por ela.

Lígia Farinha Almeida: pioneirismo político e educacional da primeira vereadora eleita no município de Bagé/RS (1947-1955)

Lígia Farinha Almeida nasceu em maio de 1922, no município de Bagé, Rio Grande do Sul. Iniciou seus estudos na Escola Franciscano Espírito Santo, na qual formou-se em Magistério. Graduou-se ainda em Licenciatura em Ciências Sociais na disciplina de Filosofia pela Faculdade Católica de Filosofia em Porto Alegre/RS, tendo lecionado no Colégio Franciscano Espírito Santo do município de Bagé.

Quando a educadora completou 25 anos de idade, em 1947, após fazer parte da campanha de Alberto Pasqualini para Governador do Estado do Rio Grande do Sul, ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Getúlio Vargas. Participou do processo eleitoral e tornou-se a primeira mulher eleita a vereadora, em 1947, na cidade de Bagé, candidatando-se novamente para o cargo em 1951 e sendo reeleita com o maior número de votos de sua legenda, ocupando o cargo até 1955.

É importante ressaltar que o voto feminino foi incorporado ao código eleitoral em 1932, momento este no qual as mulheres passariam a possuir o direito de voto somente a partir do aval do marido ou sendo viúvas ou solteiras com renda própria. Essas diretrizes seriam alteradas somente em 1934, de modo que as diretrizes supracitadas perderiam suas, respectivas, obrigatoriedades. Foi somente em 1946, após incessantes lutas das mulheres pelo direito de livre participação no processo eleitoral, que o voto passou a ser obrigatório para elas. Em vista disso, há de considerarmos que em Bagé, uma cidade do interior do Rio Grande do Sul cujas raízes são tradicionalistas e alinhadas ao conservadorismo, o ato de uma mulher jovem pleitear a primeira eleição do município após a redemocratização, sendo a primeira mulher candidatar-se e a romper com o *status quo* das mulheres bageenses, nos permite afirmar o caráter pioneiro e a frente do seu tempo.

Figura 1. Lígia Farinha Almeida em 1947



Fonte: Quadro de diretores da Biblioteca Pública Municipal Dr. Otávio dos Santos

No que diz respeito à atuação em seus dois mandatos, a vereadora desenvolveu seu discurso político em defesa dos interesses populares, principalmente em defesa dos cidadãos em vulnerabilidade socioeconômica, voltando seu trabalho para o combate à fome e à miséria. Propôs Projetos de Lei como o de Nº 16/49-2, de 03 novembro de 1949, que estabelecia normas para contratação de professores formados em suas respectivas áreas para que pudessem atuar em sala de aula; defendia uma educação que amparasse as necessidades de alunos em vulnerabilidade socioeconômica instituindo o Projeto de Lei Nº 81/49, que regulava a concessão de matrículas gratuitas nas escolas municipais da cidade, além, também, do Projeto de Lei Nº 17/49-2 de novembro de 1949, que propunha instituir a obrigatoriedade da merenda escolar em todas aulas do município.

Além disso, a Lígia discutia e cobrava o cumprimento do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal, o qual afirmava que parte dos fundos monetários da Prefeitura Municipal deveriam ser aplicados em auxílio a alunos em vulnerabilidade, bem como fornecer material escolar, bolsas de estudos, assistência médica e dentária. Posteriormente foi diretora da Biblioteca Municipal Dr. Otávio Santos de Bagé nos anos de 1986 a 1988, ano em que veio a falecer com apenas 66 anos.

Já em 2001, é homenageada postumamente pela Câmara de Vereadores de Bagé por meio do projeto de resolução nº 007/2001, que denominara “Lígia Almeida” o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Bagé, sendo a casa do povo reconhecida por seu nome até os dias de hoje. Em 2017, uma nova resolução ainda viria a ser discutida e aprovada no Plenário da Casa Legislativa: o projeto de resolução nº 005/2017, o qual versava para que fosse acrescentado o sobrenome “Farinha” à nomeação, a fim de que seu nome materno fosse reconhecido. Dessa forma, a resolução passa a ter a seguinte redação: “Art. 1º Denomina Lígia Farinha Almeida o Plenário da Câmara Municipal de Bagé.” (Bagé, 2017).

Ademais, através da lei municipal outorgada nº 5.624, de 18 de julho de 2016, criou-se a Comenda de Mérito Vereadora Lígia Farinha Almeida, que concede a mulheres da cidade uma homenagem pelo destaque em atividades voltadas ao município de Bagé. A cerimônia de entrega da Comenda é realizada anualmente, durante o mês de março, como parte das comemorações alusivas ao dia internacional

da mulher. A indicação das candidatas laureadas com a Comenda Vereadora Lígia Farinha Almeida é feita por parte da indicação dos gabinetes de vereadores.

4. A História da Educação em uma perspectiva de gênero: mulher, uma categoria útil de análise

Para Alessandro Carvalho Bica (2013) os estudos em História da Educação surgem enquanto:

[...] necessidade de uma renovação teórico-metodológica, temos por base que estes trabalhos pretendam dar voz aos esquecidos, aos atores envolvidos, nos processos educativos, ao cotidiano escolar, aos aspectos da cultura escolar, bem como enfatizar uma visão mais profunda dos espaços sociais, materiais, culturais e políticos que constituíram a história da educação (Bica, 2013, p. 22).

Esta ampliação das concepções do campo de estudo, o crescimento das pesquisas assim como a relevância da pesquisa historiográfica com enfoque na análise documental possibilitam o olhar para contextos micro e macro regionais. De acordo com Bica (2013, p.23), é possível que estes estudos possam abranger pesquisas “mais localizadas e regionalizadas, permitindo leituras mais singulares que levam aos pesquisadores a inserções mais profundas em seus recortes temporais”. Neste sentido, é possível afirmar que a história da educação enquanto área de estudo tem passado por diversas transformações nas últimas décadas, abordando novos temas, trazendo novos questionamentos, problematizando a escrita da história e criando novas metodologias para fazê-lo, suscitando infindáveis perguntas que possibilitam o “fazer história” rememorando o passado à luz das análises documentais que ao pesquisador exige todo cuidado metodológico.

Estas novas questões teórico-metodológicas, junto das transformações no fazer do historiador, assentaram nossa pesquisa dentro da História da Educação por uma perspectiva que se utilizou muito dos estudos acerca de gênero. Esse conceito, inclusive, fora basilar para que pudéssemos refletir sobre a atuação política e pedagógica da educadora Lígia Farinha Almeida; cabendo, ainda, salientar que tal categoria de análise foi tardiamente considerada útil dentro dos estudos da História (Soihet; Pedro, 2007, p.284).

É possível afirmar que a História da Educação enquanto área de estudo tem passado por diversas transformações nas últimas décadas, abordando novos temas,

trazendo novos questionamentos, problematizando a escrita da história e criando novas metodologias para fazê-lo, suscitando infindáveis perguntas que possibilitam o “fazer história” rememorando o passado à luz das análises documentais que ao pesquisador exige todo cuidado metodológico. Estas novas questões teórico-metodológicas e transformações no fazer do historiador, nos trouxeram a História da Educação em uma perspectiva de gênero, importante conceito que nos ajudou a refletir sobre a atuação política e pedagógica da educadora Lígia Farinha Almeida.

É no sentido supracitado que refletimos sobre as relações de gênero e de poder. Afinal, historicamente foi conferido às mulheres um apagamento histórico o qual resultou que suas vivências, práticas, lutas e resistências fossem confinadas a um engendramento nas diferenças do sexo. Guacira Lopes Louro (1992, p.62) reflete que a História da Educação no Brasil em relação a esse apagamento também se deu linguisticamente e afirma:

[...] a História da Educação que se produz no Brasil é usualmente escrita no masculino, ou seja, "refere-se aos alunos, aos operários, aos professores, aos adultos, etc., ou utiliza termos genéricos, como a classe trabalhadora, a elite brasileira, a burguesia, o professorado, o movimento sindical (Louro, 1992, p.62).

Tendo isso em vista, as mulheres não foram retratadas enquanto agentes da história. As autoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007, p.284) assinalam para a difícil trajetória das relações de gênero dentro do campo historiográfico, tendo a “mulher” ou as “mulheres” sendo consideradas tardiamente enquanto uma categoria útil de análise na pesquisa histórica, dado ao domínio do campo impregnado pelas relações de Poder. Ao refletir sobre isso afirmam:

Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade. Mas, também, não eram todos os homens que estavam representados nesse termo: via de regra, era o homem branco ocidental (Soihet; Pedro, 2007, p.284).

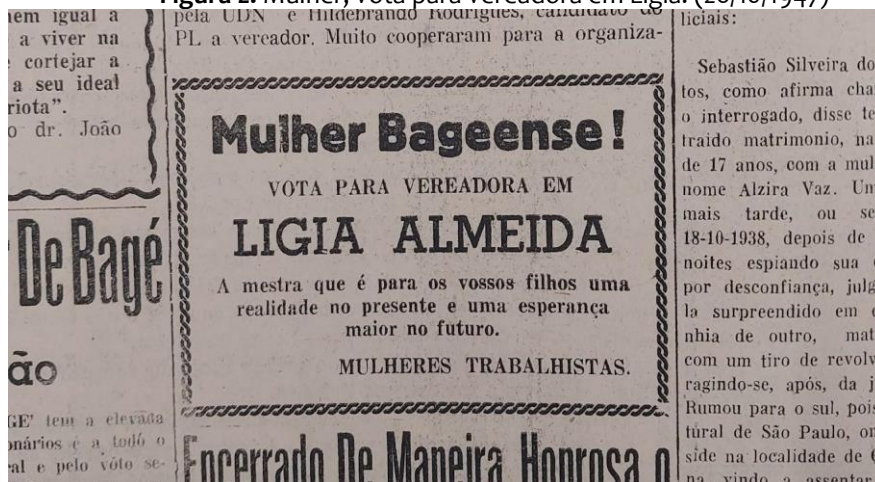
Deste modo os homens controlavam e exerciam poder sobre as mulheres através da Política e do Estado, podendo ocupar, enquanto autoridade, tanto o espaço público como o privado, mas “as mulheres teriam os poderes informais, os poderes domésticos, dos bastidores, das influências, etc (Louro, 1997 p. 118)”. E é com esse olhar para uma História da Educação, na perspectiva do gênero que nos

filiamos, entendendo “que a história e o significado de uma categoria devem ser entendidos à luz das histórias e significados das outras categorias de identidade (classe, raça, etnia, sexualidade, nacionalidade etc.)” (Costa, 2003, p. 138). Sendo assim, o gênero enquanto uma categoria de análise caminha justamente para restituição e construção de uma história do passado com a participação desses corpos femininos enquanto sujeitos e agentes históricos. Por isso, para que pudéssemos analisar os documentos relacionados a Lígia Farinha Almeida, também fez-se necessário observarmos as construções de desigualdades de gênero para que pudéssemos perceber os nuances postos nos discursos da educadora.

5. Análise e discussão dos dados: projetos de lei, pioneirismo e ideias a frente do tempo

É lícito afirmar que o fato de Lígia Farinha Almeida ter sido candidata e eleita em duas eleições no período de 1947 a 1955 em Bagé, por si só já nos apresenta um caráter pioneiro. No entanto, são os seus discursos e projetos de lei propostos e aprovados na Câmara de Vereadores que chamam a atenção pelo ineditismo de ideias que podem ser consideradas à frente de seu tempo, na década de 40.

Em 1947, foi durante os comícios que Lígia Farinha Almeida passou a ser conhecida pela população que apoiava as candidaturas da coligação junto ao PTB. Ela foi reconhecida por seus longos discursos e bela oratória, sendo convidada pelo diretor municipal do PTB, Dr. Waldomiro Domingues, a ingressar no partido, formalizando a inédita candidatura feminina que era defendida pelo Diretório Municipal enquanto uma guinada no processo eleitoral, em que foi concedido às mulheres o direito ao voto. Inclusive, para esta questão, o PTB possuía uma distinção entre os demais partidos, possuindo uma Ala-Feminina intitulada como "Ala Moça".

Figura 2. Mulher, vota para vereadora em Lígia! (26/10/1947)

Fonte: Correio do Sul/Arquivo Público Tarcísio Taborda

Nas duas candidaturas, a primeira em 1947 e a segunda em 1951, Lígia Farinha Almeida obteve expressivos votos, tendo sido a candidata mais votada em seu segundo mandato. Ela era reconhecida por seus discursos nos comícios e a Câmara de Vereadores passou a obter maior número de público em suas sessões, tendo em vista os grandes embates e discussões políticas em torno de projetos de lei que propunham melhorias para a cidade.

No entanto, foram os projetos de lei em defesa da educação que foram os mais repercutidos na época. De acordo com os dados do IBGE, em 1949, Bagé possuía 67.580 habitantes. A população era dividida entre 36.100 habitantes na área urbana e 31.480 na área rural e de acordo com dados apresentados no jornal Correio do Sul, o município possuía 12 mil crianças em idade escolar das quais 5.535 receberam instrução primária e secundária apenas 991, verificando “com pesar que a menos de 10% é ministrada a instrução secundária e a mais de 40% é vedada toda e qualquer instrução, ora por faltarem recursos, ora por indiferentismo pecaminoso dos responsáveis por nossos destinos (Correio do Sul, 1947, p. 7)”. O número inferior de alunos no ensino secundário também se dava pelo fato de que a cidade não dispunha de ensino secundário gratuito, reivindicação que seria eferescente nos anos seguintes da legislatura investigada.

Uma das formas que iniciavam Lígia Farinha Almeida a ser expoente na discussão sobre educação foi a proposta da lei N° 16 e lei N°81/49, que após aprovada promulgava a obrigatoriedade da concessão de matrículas gratuitas para jovens de baixa-renda, em regulamento enviado para o prefeito Dr. Carlos Kluwe. Após o

Lígia Farinha Almeida: pioneirismo político e educacional da primeira vereadora eleita no município de Bagé/RS (1947-1955)

projeto de lei ser aprovado com unanimidade na Câmara de Vereadores, Lígia Farinha descrevia detalhadamente a aplicação da lei, em quais instituições, para quantos alunos deveria a prefeitura incutir de subvencionar as matrículas. Assim como o projeto de nº 79/49 que estabelecia normas para a admissão de professores no magistério primário municipal, buscando a contratação de professores qualificados e formados na área da qual lecionavam.

Tendo em vista que a discussão a respeito da formação profissional de educadores e a regulamentação da contratação de professores passou a ser discutida amplamente a partir da década de sessenta, é possível afirmarmos a natureza pioneira dos pensamentos e posicionamentos de Lígia Farinha Almeida, que em seu primeiro mandato enquanto vereadora já refletia sobre a precarização do ensino bageense em face da pouca regulamentação da contratação de profissionais e infraestrutura das escolas do município. Em anexo a Lei nº 17/49-2, proposta e aprovada no mesmo ano, apresentamos trecho da carta pedagógica histórica, escrita por Lígia, tecendo reflexões acerca do tema:

O PROFESSOR SUBVENCIONADO MUNICIPAL

Considera, entretanto, o Município uma categoria de professores para os quais não estabelece exigências de ordem cultural, ou seja, a presença de um título. São os professores subvencionados, que auxiliam a tarefa da educação municipal. Entretanto, ao realizar tarefas educativas, tais professores deverão estar preparados para tal. Seguindo a regra estabelecida para o pedagogismo "instintivo", aquele que dispensaria a cultura, podendo estender de tal modo essa regra que médicos e advogados, como engenheiros, estariam livres da necessidade de estudar para formar-se. Seguiriam, apenas, a inclinação. Porque, necessariamente, não poderá julgar o Município que a tarefa de ensinar, preparar crianças para a escola secundária, para a escola profissional, ou para a própria vida, em todas as suas fases, seja menos importante que aquela de curar o corpo doente, de estabelecer a defesa de princípios de Direito, ou de reconstruir casas ou de erguer pontes e monumentos.

Da escola parte um ser em que deverá estar impresso "um valor para a vida",

Nunca se poderá atentar na justificativa de que a subvenção é um mero auxílio. É uma afirmação perversa. Nenhum Governo do Estado ou do Município "auxiliaria", para "auxiliar" apenas, alguém que, sem ser formado, quisesse exercer a medicina para "ajudar" o próximo, ou para "exercer uma obra de benemerência social."

Se o professor público municipal deve ser formado, o professor que usufrui da subvenção também deve ser, porque ambos exercem atividades educativas.

Naturalmente, o bom senso indica que não se prejudiquem criaturas que já exercem atividades educacionais, há longo tempo, sem possuírem título. Cuidará o Município de não conceder novas subvenções

fora do critério exigido para o preenchimento dos cargos de professores públicos municipais. (Almeida, Lei nº17/49-2, 24 de novembro de 1949, p. 5, grifos nossos).

É lícito afirmar que além do posicionamento político que Lígia Farinha Almeida se filiava, suas proposições eram baseadas em estudos pontuais e reflexivos acerca das melhorias que defendia, buscando, dessa maneira, possibilidades de mudanças dentro da Lei Orgânica do Município. Podemos observar no recorte acima a preocupação da vereadora para com a desprofissionalização do ensino, bem como a valorização do saber da experiência em detrimento do saber pedagógico, questionando, de tal maneira, o porquê da educação e o profissional da educação não ser considerado respeitável assim como outras profissões de prestígio social, isto é, o porquê não seria socialmente aceito que o notório saber, o saber pela experiência fosse ser aplicado em contextos médicos, de engenharia na construção civil ou de advogados em defesa de seus casos.

Não obstante, o tema Educação foi pensado e discutido em diversas instâncias no mesmo período através das propostas de Lígia Farinha Almeida, seja pela concessão de matrículas gratuitas para alunos em vulnerabilidade socioeconômica, pelo estabelecimento de regras e normas para contratação de professores, assim como o PL que julgamos ser um dos mais distintos da época, que foi a proposta de instituição da Sopa Escolar, o Projeto de Lei nº17/49-2.

A carta em questão possui 08 páginas em seu conteúdo, Lígia Farinha Almeida não limitou-se em descrever tão somente a justificativa da importância de se implementar cozinhas equipadas e concedimento de alimento para crianças e jovens nas escolas de Bagé, tendo também refletido sobre um panorama do ideário da educação. O título da carta pedagógica já nos apresenta a reflexão e tese que busca defender em sua proposição: “A formação do professor municipal e um pouco de assistência à criança que se educa”. Lígia Farinha Almeida inicia o texto citando dois filósofos: Max Scheler e Jacques Maritain para refletir sobre a imagem da filosofia diante dos conceitos de humanização e a importância de se formar cidadãos humanizados, educados e preparados para viver em sociedade. Para indagar a questão inicialmente apresentada, os desafios da escola e da vida particular e coletiva.

Lígia Farinha Almeida: pioneirismo político e educacional da primeira vereadora eleita no município de Bagé/RS (1947-1955)

O ideário posto pela educadora é de que o espaço escolar também seja um espaço formativo de caráter e preparo para a vida fora do ambiente da escola, apresentando também os desafios que são enfrentados diante dessa colocação, visto que a escola, naquele período, era utilizada enquanto um braço direito das ideologias governamentais, preparando sujeitos para o mercado laboral, aquém do interesse de formação intelectual, do pensamento crítico e do preparo para viver em sociedade. Todavia, cabia aos professores identificar tais problemáticas do dia-a-dia e solucioná-las, para isto, urgia a necessidade dos conhecimentos das leis e das teorias que envolvem a educação para melhor atender as diferentes realidades encontradas no seio escolar.

A partir da reflexão sobre a realidade e infraestrutura das escolas bageenses, da formação de professores atuantes, do compromisso do Governo Federal e Estadual de mitigar desigualdades e prover para melhorias educacionais, Lígia Farinha Almeida propõe a reflexão acerca da criança, alvo e prioridade de sua proposta da Sopa Escolar nas escolas, tema este que delimitou e esteve presente em toda narrativa da carta, evidenciando a falta de recursos das famílias, a má alimentação e subnutrição de crianças, as condições materiais precárias e explícita a importância da implementação deste projeto de lei.

Figura 3. Carta pedagógica histórica em anexo ao projeto de lei nº 17/49-2 (24/11/1949)

corpo do educando, alimentando-o em determinados intervalos. É absolutamente impossível educar crianças que sintam fome, em estado de

Município de Bagé
Câmara Municipal de Vereadores
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

-7-

Nº _____
subnutrição, atestando as classes pobres donde provieram, onde os ordenados exíguos sustentam proles numerosas, vestindo-as e alimentando-as. Toda a Escola primária oficial, do Município, do Estado e da União, tem de considerar tal problema, procurando solucioná-lo em parte, proporcionando meios de defesa à criança, afim de que se possa executar o ideal de "educação integral."

Já dizia a genialidade modesta de Pestalozzi: "Tudo quanto estudamos não vale cinco cêntimos se nos faz perder o valor e a alegria." Com o intelecto rico de um início de sabedoria e com

Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

A carta pedagógica histórica foi concluída salientando o posicionamento da necessidade da contratação de professores formados e a destinação da verba de “fundos de educação” para a implementação da Merenda Escolar no Município de Bagé.

Ressaltamos que esta era uma discussão nova para a educação e para Bagé e que somente após isso, timidamente, alguns estados e municípios passaram a implementar a chamada merenda escolar após a criação do primeiro programa de merenda nacional, no governo de Getúlio Vargas em 1951. No entanto, é somente a partir da década de 70 que é criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tornando-se obrigatório a partir de 2001, garantindo recursos transferidos pelo governo federal e com gerenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Sua ampliação e melhorias acontecem a partir de 2009, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em que houve a ampliação no atendimento, incluindo o Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

E se nos dias de hoje a alimentação escolar atende mais de 47 milhões de crianças e jovens da rede pública de ensino subsidiando alimentação saudável para as escolas, esta não era a realidade em 1947 tanto para o Brasil quanto para o Rio Grande do Sul ou para o município de Bagé. Como este era um tema totalmente novo, não havia reflexão crítica à respeito da importância da alimentação para o aprendizado, assim como as escolas não dispunham de infraestrutura adequada para receber uma cozinha, afinal a criação desses aparatos nunca haviam sido considerados em sua fundação e utilidade. Lígia Farinha Almeida foi a primeira mulher vereadora a trazer luz para essa discussão na cidade de Bagé, defendendo sua tese em um importante congresso regional, que reuniu prefeitos e vereadores das cidades vizinhas, que resultou na aprovação de todas as propostas de projetos de lei.

6. Considerações finais

Refletimos que o ímpeto de uma mulher de 25 anos de idade em se candidatar a vereadora na primeira eleição após a conquista do direito ao voto feminino, na década de 40, foi pioneiro e dotado de potencialidades, principalmente por se tratar de uma cidade localizada no interior do Rio Grande do Sul e que é culturalmente conservadora até os dias atuais. Não obstante, Lígia Farinha Almeida não se colocava apenas enquanto uma peça do jogo político do qual fazia parte. Percebemos através

Lígia Farinha Almeida: pioneirismo político e educacional da primeira vereadora eleita no município de Bagé/RS (1947-1955)

das análises que Lígia Farinha Almeida de fato agia enquanto uma agente de transformação e acreditava nas pautas que discutia e elencou. Suas proposições não eram meramente discursivas alocadas no lugar da promessa, mas se materializam na sua atuação diária na Câmara de Vereadores após ter sido eleita, nos discursos e, também, em seus Projetos de Lei.

Desta maneira, foi possível perceber a relevância histórica, política e educacional de Lígia Farinha Almeida, destacando-a enquanto uma figura política potente e transformadora dentro de um contexto social que era dominado majoritariamente pelos homens. Através deste trabalho e da análise documental, constatamos os tensionamentos em relação ao gênero, como também, a compreensão de uma conjuntura política e educacional do município de Bagé/RS entre o período de 1947 a 1955. Neste sentido, os estudos assentados na área da História da Educação foram essenciais para a possível compreensão dos documentos investigados, assim como os estudos em uma perspectiva de gênero, decoloniais e feministas.

Foram estes conceitos importantes que nos deram subsídios para compreender o nosso problema de pesquisa levantado inicialmente que seria a tese de que Lígia Farinha Almeida sofreu apagamento histórico. E, de fato, a primeira vereadora de Bagé não está presente nos livros de historiadores locais e, até o momento, não haviam pesquisas acadêmicas e análises de sua atuação publicadas. Durante a garimpagem documental encontramos apenas 02 fotografias de Lígia, no entanto, após a investigação e análise dos dados, nos firmamos em uma nomenclatura mais adequada para definir o incômodo da ausência de registros mais densos em relação à educadora.

Respondendo a nossa questão levantada: acreditamos que não ocorreu o apagamento. Contudo, tratamos como uma *invisibilidade*, Lígia Farinha Almeida não caiu no esquecimento, seu nome é rememorado todos os anos com a Comenda Lígia Farinha Almeida e seu nome estampa as paredes da Câmara Municipal de Vereadores; apesar disso, o véu da invisibilidade recaiu sobre ela, muitos conhecem o seu nome apesar de não conhecerem a história que ela tem devido ao fato de sua atuação não ter sido repercutida como os feitos de muitos homens. Cabe dizer que essa

invisibilidade não recaiu tão somente sobre Lígia, mas também sobre outras mulheres, negros, LGBTQIA+ e em muitos casos ocorreram apagamentos ainda mais severos.

Ao encaminharmos para a conclusão deste estudo, consideramos a sugestão de que os estudos sobre as mulheres eleitas vereadoras em Bagé seja ampliado. Isso porque, apesar do número ínfimo de mulheres eleitas, sendo vinte mulheres das quais apenas duas são mulheres negras, a pesquisa sobre tais sujeitos pode trazer potentes reflexões a respeito da importância de votar e eleger representantes femininas na política e enfrentar a problemática cultural do município em continuamente apenas considerar homens majoritariamente brancos para o cargo. Tais pesquisas podem trazer novas nuances da história da cidade e contribuir para a escrita da História e da História da Educação.

Referências

ALMEIDA, Lígia Farinha. **Projeto de lei N° 16/49-2**. 24 de novembro de 1949. Estabelece normas para contratação de professores. Bagé, Rio Grande do Sul, 1949.

ALMEIDA, Lígia Farinha. **Projeto de lei N° 17/49-2**. 24 de novembro de 1949. Institui a obrigatoriedade da sopa escolar em todas as aulas municipais. Bagé, Rio Grande do Sul, 1949.

ALMEIDA, Lígia Farinha. **Projeto de lei N° 81/49**. 24 de novembro de 1949. Regula a concessão de matrículas gratuitas nas escolas municipais. Bagé, Rio Grande do Sul, 1949.

BACELLAR, Carlos. **Fontes documentais. Uso e mal-uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2006.

BICA, Alessandro Carvalho. **A organização da Educação Pública Municipal no Governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé/RS**. 2013. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

BICA, Alessandro Carvalho. Uma miragem sobre o processo de formação do município de Bagé no contexto Rio Grandense e Fronteiriço. **Estudos Históricos**, n. 18, Jul./Dez. 2017. - ISSN: 1688, Uruguay.

BAGÉ. **Projeto de Resolução N° 005/2017**. Dá nova redação à ementa e ao art. 1º da Resolução n.º 007/2001. Disponível em: http://www.camvbage.rs.gov.br/painel/portal_transparencia_projetos/portal_transparencia_projetosbc651fee-2749-484b-ab11-8ad5dbae16b4.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

Lígia Farinha Almeida: pioneirismo político e educacional da primeira vereadora eleita no município de Bagé/RS (1947-1955)

BAGÉ. **Projeto de lei N° 089/2019**. Fica criada a Comenda de Mérito Vereadora Lígia Farinha Almeida. Bagé, Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: http://www.camvbage.rs.gov.br/painel/portal_transparencia_projetos/portal_transparencia_projetos7dba3b27-4333-40aa-ba96-b42fbd998517.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

BOGDAN, Robert C; BIKLEN, SariKnopp. **Investigação Qualitativa em educação: uma introdução á teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL, Lei de 1º de outubro de 1828. Dispõe sobre a instituição de Câmaras nos municípios. Rio de Janeiro, Casa Civil, 20 de Outubro de 1828. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm#:~:text=LEI%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO,e%20dos%20Juizes%20e%20Paz.&text=Art.,sete%2C%20e%20de%20um%20Secretario. Acesso em: 27 dez. 2022.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CORREIO DO SUL. **Mulher, vota para vereadora em Lígia**. Bagé, 26 de outubro de 1947.

CORREIO DO SUL. **Criança em idade escolar**. Bagé, 1947, p. 7.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. Cadernos. **Pagu**, Campinas: Ed. Unicamp, v.11, 1998.

LE GOFF, Jacques. Memória-História. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 6a. ed. Campinas: Unicamp, 2012.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão. **Bagé: relatos de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

LOPES, Mário Nogueira. **Bagé: fatos e personalidades** / Mário Nogueira Lopes - Porto Alegre: Evagraf, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Uma leitura da História da Educação na perspectiva do gênero**. Teoria e Educação. N. 6, 1992.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 145- 161, Mai./Ago. 2014.

REIS, Jorge. **Apontamentos históricos e estatísticas de Bagé**. Bagé, RS: Praça da Matriz Editora, 2021.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14 n. 40, Jan./Abr. 2009.

SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil (1913-1980)**. 180f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. v. 27, n. 54, Associação Nacional de História São Paulo, Brasil. 2007.

Sobre os autores

Taiza da Hora Fonseca

Mestre em Ensino no Programa de Pós Graduação em Ensino (PPGMAE) pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Possui graduação em Letras - Licenciatura em Português e Respectivas Literaturas pela mesma instituição. É integrante do PHERA - Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos da UNIPAMPA - Campus Bagé. E-mail: taizafonseca.aluno@unipampa.edu.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3652-5939>

Alessandro Carvalho Bica

Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014), Mestre em Educação (2006) e Licenciado em História (1997) pela Universidade Federal de Pelotas; Professor da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) na área de Educação; Docente Permanente no Programa de Mestrado Acadêmico em Ensino (PPGMAE/UNIPAMPA/Bagé). Atualmente é Diretor da UNIPAMPA (Gestão 2021-2025). E-mail: alessandrobica@unipampa.edu.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2532-5007>

Recebido em: 04/06/2024

Aceito para publicação em: 18/07/2024